

# Déficit previsto é de 2,4%

O governo Collor acha que já fez muito para controlar a crise do setor público e os principais números que exibe para apoiar a tese são os seguintes: em 1989 (último do governo Sarney), o déficit total do setor público chegou a quase 7% do Produto Interno Bruto, um buraco tão grande quanto o recorde da década, que foi o de 1982. Em 1990, primeiro de Collor, o governo conseguiu a proeza de um superávit, o primeiro em duas décadas, de pouco mais de 1% do PIB.

Parte desse superávit decorreu de medidas tomadas no primeiro Plano Collor (impostos sobre poupança financeira, por exemplo), que fazem efeito uma vez só. Este ano se prevê a volta de um déficit em torno de 2,4% do PIB. Mas, observa o secretário Roberto Macedo, mesmo assim é o segundo melhor resultado na década de 80). Mas toda

essa redução se deve ao início do ajuste do governo federal.

Estados e municípios continuram fazendo o que têm feito desde 1985: aumentar os gastos com consumo da máquina e com pessoal. Em cinco anos, segundo os dados de Roberto Macedo, esses gastos dos estados e municípios simplesmente dobraram. Considerando-se que a reforma tributária tirou recursos da União e passou para os estados e municípios, verifica-se que estes usaram o ganho de receita especialmente para contratar e pagar funcionários.

O ajuste, portanto, precisa passar pelos estados e municípios e por isso o Emendão e outras providências tratam da solução da dívida dos governos estaduais e prefeituras e estabelecem regras de gestão financeira para essas administrações.